

A civilização de Napata e Méroe

A.M. ALI HAKEM

colaboração de I. HRBEK e J. VERCOUTTER

Organização Política

O caráter da realeza

A característica mais notável do poder político na Núbia e no Sudão central, desde o século VIII antes da era cristã até o século IV da era cristã parece ter sido a sua extraordinária estabilidade e continuidade. Ao contrário de vários reinos antigos, o país escapou das convulsões que acompanham as mudanças dinásticas violentas. Pode-se dizer que, essencialmente, a mesma linhagem real governou sem interrupção, seguindo as mesmas tradições.

Até época recente, a teoria mais divulgada era a de que a dinastia de Napata era de origem estrangeira, líbia¹ ou egípcia, neste último caso oriunda dos sumos sacerdotes de Tebas². Mas os argumentos em que tais teorias se baseiam são fracos, e a maior parte dos especialistas modernos tende a considerar que a dinastia é autóctone³. Além das características físicas registradas nas estátuas dos reis⁴, vários outros traços — o sistema de eleição, o papel das rainhas-mães, os costumes funerários e outras indicações — sugerem claramente a existência de uma cultura e de uma origem indígenas, livres de influências externas.

A análise de muitas dessas características permite chegar a conclusões válidas sobre o caráter e a natureza da estrutura política e social do Império de Kush.

Um dos aspectos peculiares do sistema político meroíta era a escolha do soberano por eleição. Autores clássicos desde Heródoto (século V antes da era cristã) até Diodoro da Sicília (século I antes da era cristã), em seus relatos sobre os "etíopes", como eram geralmente denominados naquela época os habitantes do Império de Kush, mostram-se surpresos com essa prática, tão diferente da adotada em outros reinos da Antiguidade. Eles se referem especialmente à escolha oracular do novo rei; Diodoro afirma que "os sacerdotes

¹ REISNER, G. A. von. 1918-9. pp. 41-4; id. 1923-b. pp. 61-4; e vários outros textos de sua autoria; cf. também GRIFFITH, F. L. 1917. p. 27.

² MASPERO, G. 1895. p. 169; MEYER, E. 1931. p. 52; CURTO, S. 1965.

³ Um relato da controvérsia é dado por DIXON, D. M. M. 1964. pp. 121-32.

⁴ Cf. LECLANT, J. 1976-b.

selecionam previamente os melhores dentre os candidatos e, dos que são convocados, o povo elege rei aquele que o deus escolhe enquanto é transportado em procissão... A partir daquele momento, ele é tratado e reverenciado como um deus, uma vez que o reino lhe foi confiado pela vontade divina”⁵.

Nessa passagem, Diodoro limita-se a descrever — com certeza baseando-se em fontes orais — a cerimônia convencional de instauração de um novo reinado, que incorporava símbolos religiosos. Contudo, tanto ele quanto seus informantes desconheciam os mecanismos da escolha propriamente dita.

Felizmente, é possível reconstituir os procedimentos da sucessão com base nas inscrições de Napata, que narram minuciosamente as cerimônias de escolha e coroação. As mais antigas referem-se ao rei Peze (Piankhy) (— 751 a — 716) e as mais recentes a Nastasen (— 335 a — 310). É possível que haja inscrições sobre a coroação posteriores a essas datas, mas nesse caso a escrita e a língua utilizadas são meroíticas, ainda indecifradas e, portanto, sem utilidade para nós. Desse modo, as inscrições de Napata sobre a coroação são a melhor fonte para a compreensão das instituições políticas, em particular das características da realeza e outras instituições a ela relacionadas. Embora escritos no estilo dos hieróglifos egípcios da época, tais documentos diferem grandemente das inscrições similares comuns no Novo Império; serão, pois, considerados como um produto de sua própria cultura⁶.

Dentre essas inscrições, as três mais recentes — de Amannateieriko (— 431 a — 405), Harsiotef (— 404 a — 369) e Nastasen (— 335 a — 310) — mostram que os reis procuravam cumprir com rigor as práticas tradicionais e explicitar a sua fidelidade às tradições e costumes dos ancestrais. Ao mesmo tempo, fornecem mais detalhes que as inscrições anteriores, embora a linguagem empregada seja de difícil compreensão. É possível observar uma grande homogeneidade no conteúdo e, por vezes, até mesmo na fraseologia. É assim que, nos três casos, se descreve o rei, antes de sua nomeação, vivendo entre os outros “Irmãos Reais” em Méroe. Primeiro, é nomeado rei em Méroe; em seguida, viaja até Napata, ao norte, onde se realizam as cerimônias. De fato, Amannateieriko afirma categoricamente que foi eleito rei pelos chefes de seus exércitos aos 41 anos e que empreendera uma campanha militar antes de poder dirigir-se a Napata para a coroação. Chegando a essa cidade, apresentou-se ao palácio real, onde recebeu a coroa de Ta-Séti como confirmação adicional de sua ascensão ao trono. Em seguida, entrou no templo para a realização da cerimônia em que solicitou ao deus (dirigindo-se à sua estátua ou ao santuário) que lhe concedesse a realeza, a que o deus acedeu, como simples formalidade.

As inscrições mais antigas comprovam que a sucessão ao trono era decidida antes que o rei ingressasse no templo. A sucessão de Taharqa (— 689 a — 664), por exemplo, foi decidida por Shebitku (— 701 a — 689), que resi-

⁵ DIODORO DA SICÍLIA. III, 5; DESANGES, J. 1968. p. 90.

⁶ Sobre a Estela da Conquista de Peze e a Estela do Sonho de Tanwetamane, ver BREASTED, J. H. 1906. pp. 406-73. A Estela de Taharqa, as estelas do Rei Anlamani e a Grande Inscrição do Rei Amannateieriko foram traduzidas por MACADAM, M. F. L. 1949. v. 1, pp. 4-80. Sobre a Estela da Eleição de Aspelta, a Estela da Dedicção da Rainha Madiqen, a Estela da Excomunhão do Rei Aspelta, os Anais de Harsiotef e os Anais do Rei Nastasen, ver BUDGE, E. A. T. WALLIS. 1912.

dia em Mênfis, no Egito. Escolhido entre seus "Irmãos Reais" para ocupar o trono, Taharqa empreendeu uma viagem para o norte, passando certamente por Napata, e prestou homenagens em Gemáton (Kawa) antes de chegar a Tebas ⁷.

O relato das cerimônias, de acordo com a estela do rei Tanwetamani (—664 a —653), revela que este residia fora de Napata, talvez entre seus "Irmãos Reais", com sua mãe Qalhata. Proclamado rei, dirigiu-se para o norte, em procissão, passando por Napata, Elefantina e Carnac. Assim, é provável que o lugar de onde partiu a procissão ficasse ao sul de Napata, ou seja, Méroe. Conseqüentemente, a sucessão foi decidida fora de Napata, conforme o costume. Anlamani (—623 a —593) descreve em termos semelhantes os episódios das festas de coroação em Gemáton (onde foi descoberta a estela) e acrescenta ter trazido sua mãe para assistir às cerimônias, como fizera Taharqa antes dele ⁸.

Em sua famosa estela, Aspelta (—593 a —568) dá mais detalhes sobre a cerimônia de coroação. Ele confirma que sucedeu a seu irmão Anlamani e que foi escolhido entre seus "Irmãos Reais" por um grupo de 24 altos funcionários civis e chefes militares. Para justificar suas pretensões ao trono, Aspelta invoca não só a vontade do deus Âmon-Rá como também a sua própria origem (afirmando, assim, o direito hereditário de sucessão através da linhagem feminina). Portanto, é evidente que, apesar das longas ações de graças ao deus Âmon-Rá, o papel do clero era limitado. Aspelta também dá detalhes mais precisos sobre sua entrada no templo, onde encontra os cetros e as coroas de seus predecessores e recebe a coroa de seu irmão Anlamani. O relato é semelhante aos de Amannateieriko e Nastasen, mencionados acima.

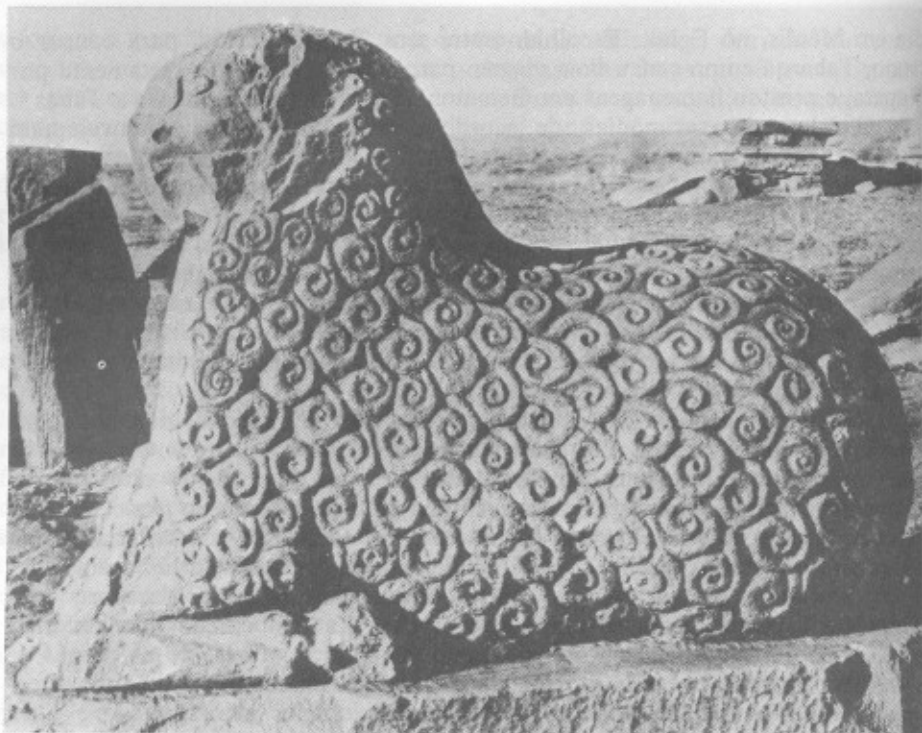
Algumas conclusões importantes podem ser extraídas dessas inscrições. Uma delas é que a viagem para o norte, durante a qual vários templos eram visitados, era parte importante da cerimônia de coroação. Outra é que o templo de Âmon em Napata tinha um papel especial na cerimônia e que sua importância era incontestável. Tais conclusões têm uma relação direta com a teoria de G. A. von Reisner, relativa à existência de dois reinos de Napata independentes, retomada recentemente por Hintze ⁹.

A teoria proposta por G. A. von Reisner pretendia explicar a distribuição das sepulturas reais. Ele partia do postulado de que a localização dessas sepulturas estava diretamente ligada à capital: o rei devia ser enterrado num lugar próximo à residência real. Assim, o cemitério real de el-Kurru, o mais antigo, e o cemitério de Nuri, que o sucedeu, foram utilizados pelos reis até a época de Nastasen, quando a capital era Napata. Após o reinado de Nastasen, a capital foi transferida para Méroe (por volta de —300), e os cemitérios de Begrawiya sul e norte tornaram-se cemitérios reais. Em Djebel Barkal (Napata) existem dois grupos de pirâmides; considerações arqueológicas e arquitetônicas levaram Reisner a sugerir que o primeiro grupo é imediatamente posterior a Nastasen e que o segundo data do século I antes da era cristã, tendo sido destruído quando os romanos invadiram Napata, em —23 ou logo depois.

⁷ MACADAM, M. F. L. 1949. v. 1.

⁸ MACADAM, M. F. L. 1949. p. 46.

⁹ HINTZE, F. 1971-b.



1. Carneiro de granito em Naga. (Fonte: W. S. Shinnie. "Meroe, a Civilization of the Sudan". 1967. Foto Oriental Institute, Univ. of Chicago.)

2. Pirâmide do rei Natakamani em Méroë, com ruínas de capela e pilono em primeiro plano. (Fonte: W. S. Shinnie. 1967. Foto Oriental Institute, Univ. of Chicago.)



Cada grupo era ligado a um ramo da família real que governava em Napata, independentemente da família reinante principal instalada em Méroe¹⁰.

Contudo, a maior parte dos especialistas abandonou a hipótese da divisão do reino¹¹; um estudo detalhado dos procedimentos de sucessão e das cerimônias de coroação mostra que a hipótese de Reisner é insustentável. De fato, é inconcebível que um soberano fosse proclamado rei em sua capital e em seguida tivesse que se dirigir à capital de um reino independente para ser coroado, particularmente quando esta é a sede de um país insignificante, como sugere a hipótese de Reisner. Por outro lado, não há nenhuma prova de que a cerimônia foi abandonada, uma vez que autores gregos confirmam a sua existência durante os séculos III e II antes da era cristã como indicou Bion¹², e durante o século I antes da era cristã, conforme o relato de Diodoro da Sicília. Contudo, pode-se afirmar com segurança que Napata desempenhou um papel importante no reino meroíta: os reis empreendiam uma viagem até esta cidade para receber as insígnias de soberano, de acordo com uma tradição estabelecida, e por vezes eram aí enterrados.

Uma análise de todos os textos relevantes mostra que o cargo de rei era hereditário por linhagem real, ao contrário do sistema faraônico ou de qualquer outro sistema oriental antigo, em que normalmente o filho sucedia ao pai. Em Napata e Méroe o rei era escolhido entre seus "Irmãos Reais", e a iniciativa de escolha do novo soberano partia dos chefes militares, dos altos funcionários e/ou dos chefes de clã. Todo pretendente impopular entre esses grupos ou de capacidade duvidosa poderia perfeitamente ser excluído. A confirmação oracular era simplesmente a ratificação formal de uma escolha prévia e tinha mais um caráter simbólico, destinado a persuadir o público de que o próprio deus tinha elegido o novo soberano. Além disso, pode-se afirmar com segurança que em teoria a coroa devia passar para os irmãos do rei antes de ser entregue à geração seguinte: dentre 27 reis que governaram antes de Nastasen, quatorze eram irmãos dos reis precedentes. Naturalmente, havia exceções: um rei podia usurpar o trono; em tais casos, no entanto, ele procurava justificar e legalizar seu ato. Há também alguns sinais de que o direito ao trono poderia depender mais das pretensões fundadas na descendência materna que na paterna. Muitas inscrições testemunham o papel da rainha-mãe na escolha de um novo rei, e algumas características desse costume são semelhantes às observadas em reinos e chefias de várias partes da África¹³.

Todas as cerimônias de coroação indicam o caráter sagrado de que se revestia a realeza em Napata e Méroe: o rei era considerado filho adotivo de diversas divindades. Não se sabe até que ponto ele mesmo se considerava uma divindade ou sua encarnação; seja como for, eram os deuses que o guiavam — já que o haviam escolhido — por intermédio dos preceitos do direito consuetudinário. Observa-se nessa prática um conceito bastante elaborado —

¹⁰ REISNER, G. A. von. 1923-b. pp. 34-77.

¹¹ WENIG, S. 1967. pp. 9-27.

¹² BION é autor de vários tratados sobre geografia e história natural, dos quais são conhecidos poucos fragmentos através de diferentes autores da Antiguidade. PLÍNIO, o Antigo, menciona particularmente em sua *História Natural*, livro VI, uma lista de cidades ao longo do Nilo elaborada por Bion.

¹³ Por exemplo, em Kaffa, Ankola, entre os Shilluk, em Monomotapa e outros lugares.

o rei, designado por vontade divina, dispensa julgamento e justiça conforme a vontade do deus (ou deuses) — que constitui a essência de todas as realidades absolutas, antigas e modernas. Embora em teoria seu poder fosse absoluto e indivisível, o rei tinha que governar rigorosamente de acordo com o direito consuetudinário; além disso, tinha sua ação limitada por inúmeros tabus. Estrabão e Diodoro da Sicília citam casos em que os sacerdotes, alegando terem recebido instruções divinas, ordenavam ao rei que cometesse suicídio¹⁴. Afirmam que tal costume persistiu até a época de Ergamenes (cerca de — 250 a — 215), que, tendo recebido uma educação grega que o havia libertado das superstições, mandou executar os principais sacerdotes para puni-los por sua arrogância; após esse episódio, o costume de suicídio real foi abolido¹⁵.

Os soberanos de Napata e Méroe usavam nas inscrições os títulos faraônicos tradicionais, e no enunciado de seus títulos não se encontra a palavra meroíta correspondente a “rei”. Esse título, *Kwr* (lê-se *qere*, *qer* ou *queren*), aparece apenas no relato de Psamético II sobre a conquista de Kush, quando menciona o rei Aspelta¹⁶. Embora esse título fosse possivelmente a forma habitual de se dirigir aos soberanos cuxitas, não se permitiu a sua inscrição nos monumentos de Kush.

A candace: o papel da rainha-mãe

Não está claro qual o papel exato das mulheres de sangue real nos períodos anteriores, mas há muitas indicações de que ocupavam posições proeminentes e cargos importantes no reino. Quando o Egito se encontrava sob a dominação cuxita, a função de grande sacerdotisa (*Dewat Neter*) do deus Âmon em Tebas era exercida pela filha do rei, o que lhe conferia grande influência econômica e política. Mesmo após a extinção do cargo, em consequência da perda do Egito, as mulheres da família real continuaram a ocupar altas posições e a exercer um poder considerável sobre o clero do templo de Âmon em Napata e em outros lugares.

O importante papel da rainha-mãe nas cerimônias de eleição e coroação de seu filho é mencionado por Taharqa e Anlamani, de modo a não deixar dúvidas acerca de sua influência decisiva e de seu *status* específico. Muito importante também era a sua participação em um complicado sistema de adoção, pelo qual a rainha-mãe, designada pelo título Senhora de Kush, adotava a esposa do filho. Assim, Nasalsa adotou Madiqen, esposa de Anlamani, que logo morreu; este foi sucedido pelo irmão Aspelta, cuja esposa Hennutskhabit foi adotada por Nasalsa e Madiqen. Na estela de Nastasen (— 335 a — 310) a cena superior mostra sua mãe, Pelekha, e a esposa Sakhakh, ambas empunhando um sistro, que parece ter sido o símbolo do cargo que ocupavam. A

¹⁴ ESTRABÃO. XVII, 2, 3; DIODORO DA SICÍLIA. III, 6.

¹⁵ DIODORO, loc. cit., assinala que o sacrifício ritual dos reis sob a ordem dos sacerdotes ou notáveis são freqüentes na África. Cf. FROBENIUS, L. 1931.

¹⁶ S. SAUNERON e J. YOYOTTE (1952, pp. 157-207) reconheceram pela primeira vez *kwr* como o título meroíta para “rei”. A palavra moderna *Alur ker*, “a qualidade de chefe”, provavelmente se relaciona etimologicamente com a palavra meroíta. Cf. HAYCOCK, B. G. 1954. p. 471, n. 34.

inscrição de Anlamani diz que esse rei consagrou quatro de suas irmãs aos quatro templos de Âmon, para desempenharem a função de tocadoras de sistro e rezarem por ele.

A iconografia confirma o elevado *status* das rainhas-mães. Nas cenas religiosas representadas nas paredes dos templos elas ocupam posições proeminentes, subordinadas apenas ao próprio rei, enquanto nas cenas que ornaram as capelas das pirâmides a rainha aparece, por trás do rei falecido, como a principal portadora de oferendas.

Posteriormente, as rainhas — mães ou esposas — passaram a assumir o poder político e proclamaram-se soberanas, chegando a adotar o título real de “Filho de Rá, Senhor das Duas Terras” (*sa Ra, heb Tawy*) ou “Filho de Rá e Rei” (*sa Ra, nswbit*)¹⁷. Muitas delas tornaram-se famosas, e no período greco-romano Méroe era conhecida por ter sido governada por uma linhagem de *Candaces*, *Kandake*, ou rainhas-mães reinantes. Esse título deriva da palavra meroíta *Ktke* ou *Kdke*¹⁸ e significa rainha-mãe. O outro título, *qere* (“chefe”), não foi utilizado até o surgimento da escrita meroíta. Na realidade, conhecemos apenas quatro rainhas que o utilizaram: Amanirenas, Amanishaketo, Nawidemak e Maleqereabar, todas, por definição, *candaces*¹⁹. É interessante notar que as sepulturas reais de Nuri, de Taharqa (cerca de —664) a Nastasen (cerca de —310) não fornecem nenhum indício do sepultamento de uma rainha como monarca reinante; a conclusão a se extrair é que durante o período não houve rainha governante.

A rainha mais antiga de que se tem provas é Shanakdakhete, do início do século II antes da era cristã, a quem foi concedida uma sepultura real em Begrawiya norte. É mais provável que, de início, o título e o cargo não significassem mais que rainha-mãe. Nesse caso, sua função era educar as crianças reais, conforme se depreende da estela de Taharqa; este menciona ter ficado com sua mãe, a rainha Abar, até a idade de 21 anos, vivendo com seus irmãos reais — “esses jovens de essência divina” — entre os quais era escolhido o herdeiro do trono. A rainha-mãe dispunha, assim, de grande poder e influência, como testemunha o papel especial que desempenhava na cerimônia de coroação e na adoção da nora. A certa altura as rainhas devem ter superado em importância seus filhos ou maridos, e, num momento oportuno, assumido a totalidade do poder. A partir de Shanakdakhete, o governo é exercido por uma série de rainhas, mas, sob Amanirenas, no século I antes da era cristã, há indícios de modificações. Trata-se da estreita associação da primeira esposa do rei com seu filho primogênito (?), observável em vários monumentos importantes. Isto sugere um certo grau de co-regência, já que a esposa que sobrevivesse ao marido freqüentemente se tornava a *candace* governante. Contudo, esse sistema não durou mais que três gerações e parece ter chegado ao fim após Natakamani, Amanitere e Sherakarer, na primeira metade do século I da era cristã. Tudo isso indica a evolução interna de uma instituição local que não era cópia de uma prática estrangeira, como a dos ptolomeus no

¹⁷ HINTZE, F. 1959-a. pp. 36-9.

¹⁸ O *n* é freqüentemente suprimido nos nomes próprios meroítas. Cf. GRIFFITH, F. L. 1911-2. p. 55.

¹⁹ MACADAM, M. F. L. 1966.

Egito, de que Cleópatra é um exemplo. Na verdade, podemos observar que essas instituições, no decorrer dos séculos, se revestiram de uma complexidade crescente.

O sistema de realeza que se desenvolveu em Kush tinha algumas vantagens em relação ao sistema rígido de sucessão direta, pois eliminava o perigo de um sucessor indesejável, quer se tratasse de um rei na minoridade, quer de uma personalidade impopular. A incorporação de novos membros à família real era assegurada pelo sistema de adoção, enquanto os vários contrapesos e controles a ele inerentes, bem como a proeminência da rainha-mãe e a importância atribuída à legitimidade da descendência, garantiam a sua continuidade no poder. Esses fatores podem ter contribuído para a continuidade e a estabilidade de que se beneficiaram Napata e Méroe durante tantos séculos.

Administração central e provincial

O nosso conhecimento da estrutura administrativa central e provincial ainda é incompleto e fragmentário, dada a ausência de documentos de natureza biográfica relativos a pessoas privadas. Esses documentos poderiam fornecer informações acerca de títulos e cargos, sua significação e funções respectivas.

No centro da administração estava o rei, autocrata absoluto de quem emanavam as leis e que não delegava seu poder a outrem nem o dividia. De fato, não havia um único administrador que concentrasse poderes em suas mãos, como o fazia, por exemplo, um sumo sacerdote (para os templos) ou um vizir. A residência real constituía o centro do sistema administrativo e, segundo pesquisas recentes²⁰, Méroe parece ser a única cidade que se pode considerar como sede principal da realeza e centro da administração. Peye não fornece informações precisas quanto à localização de sua residência, embora seja evidente que Mênfis foi a capital de seus sucessores imediatos da XXV dinastia do Egito. Já Taharqa indica claramente que vivia entre seus "Irmãos Reais", com sua mãe; de acordo com outras inscrições, pode-se ter certeza de que esses "Irmãos Reais" residiam em Méroe. A esse respeito, é notável que seja apenas em Méroe, e particularmente no cemitério de Begrawiya oeste, que se encontrem sepulturas de crianças (entre as quais recém-nascidos) contendo objetos funerários que indicam terem elas vivido na corte real. Há uma clara ausência de sepulturas similares nos cemitérios reais de el-Kurru e Nuri, do que se pode concluir que a família real estava fixada em Méroe, provavelmente residência permanente do rei.

A administração central era dirigida por um certo número de altos funcionários, cujos títulos egípcios estão preservados em duas estelas de Aspelta. Entre esses títulos encontramos — sem levar em conta os comandantes militares — chefes de tesouro, guardiães dos selos, chefes de arquivo, chefes de celeiro, o escriba-mor de Kush e outros escribas²¹. É difícil afirmar se os títulos correspondiam às funções reais de seus titulares, ou apenas refletiam os modelos egípcios. De qualquer maneira, tais funcionários desempenhavam um

²⁰ ALI HAKEM, A. M. 1972-a, p. 30 et seq.

²¹ STEINDORFF, G. von. 1903. v. 3; SCHÄFER, H. 1905-8. pp. 86, 103-4.



3

3. Placa de arenito representando o príncipe Arikankharor massacrando seus inimigos (possivelmente do século II da era cristã). (Fonte: W. S. Shinnie. 1967. pr. 33. Foto Worcester Art Museum, Mass.)
4. Rei Arnekhmani (templo dos leões em Mussawarat es-Sufra). (Fonte: F. & U. Hintze. "Alte Kulturen im Sudan". 1966. pr. 91.)



4

papel importante na eleição do novo rei, assim como na administração do reino. Talvez a decifração da escrita meroíta venha esclarecer essa importante questão.

Nessas inscrições, os chefes militares aparecem várias vezes em situações críticas. Eles eram incumbidos de proclamar a sucessão do novo rei e de efetuar as cerimônias tradicionais de coroação; podem ter desempenhado um papel significativo na escolha do sucessor. Muito provavelmente, a maioria dos chefes militares pertencia à família real — talvez fossem príncipes de elevada posição²². Segundo o costume, o rei não deveria ir à batalha, mas permanecer em seu palácio, sendo o comando da guerra atribuído a um de seus generais; tal ocorreu na campanha de Peye no Egito, na guerra de Amannateieriko contra os *Reherehas* em Butana e na campanha de Nastasen. Contudo, não sabemos o que aconteceu aos generais; mesmo após uma campanha bem-sucedida eram relegados a um segundo plano e o rei colhia todas as honras da vitória.

No tocante à administração das províncias menciona-se a existência de palácios reais em várias localidades, sendo que cada palácio constituía uma pequena unidade administrativa, dirigida, talvez, por um chanceler que administrava as contas e as compras da residência²³.

Contudo, para o período mais recente — a partir do fim do século I antes da era cristã — dispõe-se de um número suficiente de documentos de administradores provinciais para se reconstituir pelo menos um esboço da província setentrional do reino. Esta parece ter-se desenvolvido muito rapidamente em resposta às condições de instabilidade resultantes da conquista do Egito pelos romanos e de sua fracassada tentativa de avançar para a Núbia, mais ao sul. Criou-se uma administração especial para a Baixa Núbia visando enfrentar a situação na fronteira; na sua direção estava o *Paqar* (*pqr*), uma das principais personagens da corte, que talvez fosse o príncipe herdeiro, já que o título foi usado pela primeira vez por Akinidad, filho de Teritiqas e Amanirenas, adversários dos romanos na Núbia. Arikankharor, Arikakhatani e Sharakarer (os reis das pinturas rupestres do Djebel Qeili)²⁴ e os três filhos de Natakamani e Amanitere (—12 a +12) também usaram o mesmo título. Seus nomes, acompanhados da palavra *pqr*, foram encontrados nas inscrições de Napata, Méroe e Naga²⁵; contudo, nenhum estava associado à Baixa Núbia, e o termo parece ter sido uma designação genérica para os príncipes, e não um título específico para o vice-rei do norte.

Todavia, o título *Paqar* é muitas vezes mencionado juntamente com outros títulos menos importantes, como *taraheb* e *anhararab* da pequena cidade de Taketer, ou *harapen*, chefe da região de Faras²⁶, donde se deduz que o seu detentor era o chefe provincial da Baixa Núbia meroíta. Sob a autoridade do *Paqar*, o principal funcionário encarregado da administração era o *peshte*²⁷,

²² BUDGE, E. A. T. WALLIS. 1912. p. 105. et seq.

²³ MACADAM, M. F. L. 1949. v. 1, p. 58.

²⁴ HINTZE, F. 1959-a. pp. 189-92.

²⁵ ARKELL, A. J. 1961. p. 163.

²⁶ GRIFFITH, F. L. 1911-2. p. 62.

²⁷ GRIFFITH, F. L. 1911-2. p. 120 e Índice. Corresponde ao egípcio *p. s. nsw, psente*; MACADAM, M. F. L. 1950. pp. 45-6.

título registrado pela primeira vez no século I antes da era cristã e que parece tornar-se mais importante durante o século III da era cristã.

A área sob a jurisdição do *peshte* era Akin, isto é, toda a Núbia meroíta até Napata, ao sul. Não se sabe ao certo como se atingia a posição de *peshte* — por hereditariedade, decreto real ou nomeação pelo *Paqar*. Contudo, o grande número de portadores desse título indica que ocupavam suas funções por um período de tempo muito curto. Ao título de *peshte* estavam associados outros, por vezes designativos de elevadas posições na hierarquia religiosa, não só local como também de Napata ou de Méroe. Dois outros importantes dependentes do *peshte* eram o *pelmés-at* (general da água) e o *pelmés-adab* (general da terra), os quais, ao que parece, ocupavam-se da supervisão dos escassos — porém vitais — sistemas de comunicações da Núbia, por terra e por água, procurando assegurar o fluxo de comércio com o Egito, controlar as fronteiras e deter os perigosos movimentos dos nômades a leste e a oeste do Nilo. Esses funcionários eram auxiliados por escribas, sacerdotes e administradores locais. Não sabemos se existiu em outras províncias um sistema semelhante de administração provincial. Pode-se afirmar, porém, que as condições específicas de vida e povoamento no Butana exigiam um tipo de administração diferente do utilizado na Baixa Núbia ao longo do vale do Nilo. Infelizmente, não possuímos outros documentos além dos imponentes templos, os quais, além de desempenhar suas funções religiosas, devem ter constituído uma base sólida para unidades administrativas.

Em seu apogeu, o reino meroíta era tão vasto e os meios de comunicação provavelmente tão pobres, que uma descentralização do poder em favor dos governadores provinciais deve ter sido indispensável ao bom funcionamento da administração. Os chefes de vários grupos étnicos instalados nas fronteiras do reino mantinham relações muito menos estreitas com o governo central. Em períodos mais recentes, o Estado abrangia vários principados; Plínio escreve que na "ilha de Méroe" reinaram 45 reis etíopes²⁸ (sem considerar as candaques), e outros autores clássicos falam dos *tyrannoi*, vassalos dos reis meroítas²⁹.

Ao sul de Méroe estavam instalados os *Simbriti*, refugiados de origem supostamente egípcia governados por uma rainha colocada sob a soberania meroíta, ao passo que na margem esquerda do Nilo (no Kordofan) viviam numerosos grupos de *Nubai* chefiados por diferentes principúculos que se mantinham independentes de Méroe³⁰. Situação semelhante parece ter existido no deserto oriental, habitado por vários grupos nômades diferentes dos meroítas quanto à língua e à cultura.

Como indicam numerosas inscrições, os reis meroítas freqüentemente empreendiam expedições militares contra esses grupos étnicos independentes ou semi-independentes, seja para subjugá-los, como represália às incursões, seja visando a obtenção de butim (gado e escravos). Os povos mais citados eram os *Reheres* e os *Majai*, que provavelmente viviam entre o Nilo e o mar Vermelho e podem ter sido os ancestrais dos *Beja*.

²⁸ PLÍNIO. 186.

²⁹ Cf. BÍON e NÍCOLAS DE DAMASCO. In: MULLER, C., ed. v. 3, p. 463; v. 4, p. 351; SÊNECA. VI, 8, 3.

³⁰ ESTRABÃO. XVII, 1, 2, citando ERATÓSTENES.

Esses diferentes indícios mostram que Kush não era um Estado centralizado e que, durante o período mais recente, compreendia diversos principados, os quais se colocavam sob a dependência dos reis meroítas³¹.

Vida Econômica e Social

Ecologia

O reino de Kush contava com uma ampla e variada base de atividades econômicas, correspondente à diversidade geográfica de seu território. Este se estendia da Baixa Núbia ao sul de Sennar e à região de Djebel Moya na planície meridional de Gezira; compreendia também extensas áreas entre o vale do Nilo e o mar Vermelho. Amplas regiões a oeste do Nilo — de extensão ainda desconhecida — estavam provavelmente sob influência meroíta. Esse vasto território varia de zonas áridas até regiões que recebem quantidades consideráveis de chuvas no verão. Na Núbia, a atividade econômica baseava-se na agricultura característica do vale do Nilo, onde o rio é a única fonte de água. A terra arável, que em certas regiões está ausente ou se reduz a uma faixa estreita, estende-se em amplas bacias em alguns locais da Alta Núbia. O cultivo ribeirinho prolonga-se ao sul, ao longo das margens do Nilo e seus tributários. A situação geográfica da Baixa Núbia influenciou diretamente a vida política e sócio-econômica; trabalhos arqueológicos recentes revelaram que no passado os níveis do Nilo eram baixos e, dado que a Núbia se situava fora da zona de chuva, suas condições ecológicas não eram adequadas ao desenvolvimento de uma agricultura que pudesse sustentar uma população considerável. Há a hipótese de que, durante o período inicial de Napata, a Baixa Núbia esteve totalmente despovoada por muito tempo; foi apenas a partir do século III ou II antes da era cristã que a região se repovoou, graças à introdução da *saqia*³².

Na Alta Núbia, as planícies de inundação — tais como as bacias de Kerma, Letti e Nuri, cultiváveis graças às enchentes do Nilo ou, na ausência destas, ao uso de dispositivos de elevação de água — permitiram o desenvolvimento de grandes centros urbanos de considerável importância histórica, como em Barkal, Kawa, Tabo, Soleb, Amara etc. Nessa área, a economia agrária desempenhou um papel mais importante; as plantações de tâmaras e videiras, sobretudo, são mencionadas com frequência nas inscrições de Taharqa, Harsiotef e Nastasen.

Contudo, a partir da metade do século V antes da era cristã, a região passou por vários períodos de seca e de extensão da zona desértica, ligados às mudanças ecológicas que reduziram a área das pastagens do interior. Tais condições podem ter induzido os nômades do deserto oriental a se dirigirem para o vale do Nilo, onde entraram em conflito com a população local. Talvez

³¹ Mesmo no período de Napata, o Império Cuxita tinha um caráter federativo. Cf. Cap. 10.

³² TRIGGER, B. 1965. p. 123.

tenha sido essa a razão das guerras que se estenderam até o norte de Méroe durante o reino de Amannateieriko (— 431 a — 404) e dos reis subseqüentes. Esses acontecimentos fizeram com que a Alta Núbia perdesse muito de sua importância durante os últimos séculos da monarquia meroíta.

A partir da confluência do Atbara com o Nilo, que se estende para o sul, esse último deixa de ser a única rota a atravessar o deserto. Cada um dos afluentes do Nilo (o Atbara, o Nilo, o Nilo Branco, o Dinder, o Rahad etc.) torna-se igualmente importante e oferece as mesmas possibilidades agrícolas e econômicas, o que torna possível a extensão da área de cultivo. Além disso, a região situada entre os afluentes recebe uma quantidade apreciável de chuva durante o verão, que a torna propícia à atividade agropastoril. De fato, o Butana (isto é, a ilha de Méroe, situada entre o Atbara, o Nilo e o Nilo Branco) era o coração do reino meroíta, e o pastoreio nômade ou seminômade constituía a principal atividade econômica da região.

Agricultura e criação de animais

Na época da ascensão do reino de Napata, a criação de animais já possuía uma tradição milenar e, juntamente com a agricultura, representava a principal fonte de subsistência da população. Além do gado de chifres longos e curtos, a população criava carneiros, cabras e, em menor escala, cavalos³³ e burros, utilizados como animais de carga. Os camelos só foram introduzidos relativamente mais tarde, ao final do século I antes da era cristã³⁴.

A criação de gado desempenhava um papel tão importante na vida econômica do país que a mudança da residência de Napata para Méroe poderia ser explicada pela necessidade de esta ficar próximo da principal área de pastagem, já que a zona de chuvas começa ao sul da nova capital. Uma outra razão para a mudança pode ter sido a erosão gradual do solo do norte do país em ambas as margens do Nilo, causada pelo pastoreio intensivo. Seja como for, a transferência do centro administrativo no século IV aparentemente deu um novo impulso ao desenvolvimento da criação de gado. Depois de algum tempo, o fenômeno de erosão se repetiu — o gado destruiu além do pasto, os arbustos e as árvores — iniciando-se outro ciclo de dessecação. No século I da era cristã as terras de pastagem ao sul de Méroe já não podiam sustentar a antiga população de pastores que, muito densa, foi forçada a mudar-se para o oeste ou para o sul. A longo prazo, essa evolução foi provavelmente uma das principais razões da decadência e, posteriormente, da queda do Império Meroíta.

A primazia da criação de gado no Império de Kush é atestada por numerosos indícios: a iconografia, os ritos funerários, as metáforas (compara-se um exército sem chefe a um rebanho sem pastor)³⁵ etc.

³³ Existe um cemitério de cavalos em el-Kurru; DUNHAM, D. & BATES, O. 1950-7. pp. 110-7.

³⁴ Uma figura de camelo em bronze foi descoberta no túmulo do rei Arikankharer (— 25 a — 15). Cf. DUNHAM, D. & BATES, O. 1950-7. Gravura XLII.

³⁵ MACADAM, M. F. L. 1949. v. 1, inscr. IX.

As oferendas aos templos consistiam principalmente em animais domésticos, e ao que parece, a riqueza dos reis, da aristocracia e dos sacerdotes do templo era avaliada em gado. Os relatos de autores clássicos (Estrabão, Plínio e Diodoro da Sicília) não deixam dúvidas acerca do caráter pastoril da sociedade meroíta, que se assemelha em muitos aspectos às sociedades pastoris africanas posteriores.

Durante toda a história de Napata e Méroe, o desenvolvimento da agricultura no norte foi influenciado tanto pelo clima quanto pela escassez de terra fértil no estreito vale do Nilo. A falta de terra foi uma das razões por que os habitantes — ao contrário de seus vizinhos do norte, os egípcios — não sentiram necessidade de criar um sistema de irrigação, com todas as conseqüências sociais e políticas que esse empreendimento pode acarretar. Isso não significa que a irrigação fosse desconhecida nessa parte da Núbia: descobriram-se vestígios de antigas obras de irrigação no planalto de Kerma, datando do século XV antes da era cristã. O principal dispositivo de irrigação utilizado na época era o *shaduf*, substituído posteriormente pela *saqia*. Essa última, denominada *Kole*³⁶ em núbio, apareceu na Baixa Núbia somente na época meroíta, sendo difícil determinar uma data mais precisa. Os sítios de Dakka e Gammai, do século III antes da era cristã, parecem ser os mais antigos a conter vestígios da *saqia*³⁷. A introdução deste dispositivo mecânico de irrigação teve uma influência decisiva na agricultura, especialmente em Dongola, já que permite elevar a água (através de uma roda) de 3 m a 8 m com muito menos esforço e em menos tempo do que o *shaduf*; este último necessita de trabalho humano, enquanto a *saqia* é acionada pelo búfalo ou outros animais.

Mesmo as regiões meridionais do país, pelo menos no final do século VI antes da era cristã, eram predominantemente pastoris, a julgar por um relato de Heródoto, que descreve a ilha de Méroe como sendo habitada na maior parte por criadores de gado, com uma agricultura insuficientemente desenvolvida³⁸. A arqueologia parece confirmar essa opinião, uma vez que no nível B de Djebel Moya — que data do período de Napata e de uma época posterior (século VI a V antes da era cristã) — não se encontrou nenhum traço de atividade agrícola³⁹.

Com a mudança gradual do centro do império para o sul e o aumento da área de terra irrigada a situação se modificou. No auge do reino meroíta, a "ilha de Méroe" foi cultivada de maneira intensiva, e a rede de canais e *hafirs* (bacias de irrigação) testemunha o fato. Um dos emblemas dos reis e sacerdotes meroítas da época era um cetro em forma de arado (ou de enxada), semelhante ao que era amplamente utilizado no Egito.

Os principais cereais cultivados eram a cevada, o trigo e, sobretudo, o sorgo ou *durra*, de origem local; plantava-se também a lentilha (*Lens esculenta*), o pepino, o melão e a abóbora.

³⁶ Muitos topônimos entre Shellal e es-Sebua são derivados desta palavra: Koledul, Koleyseg, Arisman-Kole, Sulwi-Kole etc. Cf. MONNERET DE VILLARD, U. 1941. p. 46 et seq.

³⁷ BATES, O & DUNHAM, D. 1927. p. 105; HERZOG, R. 1957. p. 136.

³⁸ HERÓDOTO, III, 22-3.

³⁹ ADDISON, F. S. A. 1949. p. 104.

Entre as culturas técnicas, a do algodão colocava-se em primeiro plano. Embora desconhecido no antigo Egito, há muitas indicações de que o seu cultivo no vale do Nilo teve início durante o Império de Kush, pouco antes da era cristã. São escassas as informações a respeito de épocas mais antigas, mas por volta do século IV antes da era cristã o cultivo do algodão e a técnica de sua fiação e tecelagem atingiram em Méroe um nível muito elevado, chegando-se a afirmar que a exportação de têxteis foi uma das fontes de riqueza do reino⁴⁰. O rei axumita Ezana vangloria-se, em suas inscrições, de ter destruído extensas plantações de algodão em Méroe⁴¹.

Nossas fontes nada dizem acerca do regime fundiário e de exploração da terra; contudo podemos supor a existência de uma comunidade aldeã tradicional, uma vez que esse tipo de organização perdurou até o século XIX. O rei era considerado o único proprietário da terra, característica — comum a muitas sociedades antigas — que deu origem a várias formas de posse da terra; assim, é absolutamente impossível extrair qualquer conclusão sobre as relações efetivas no domínio da produção.

Um ramo importante da agricultura era o cultivo de frutas e uvas; muitos pomares e vinhedos pertenciam aos templos, sendo cultivados por escravos.

De maneira geral, os mesmos ramos da agricultura encontrados no antigo Egito faziam-se presentes nos períodos de Napata e Méroe, apresentando, entretanto, rendimentos diferentes. A criação de animais era mais importante que a agricultura, e o cultivo de hortas e pomares, menos desenvolvido. No entanto, o algodão começou a ser cultivado na região muito mais cedo que no Egito. Até onde se sabe, os produtos agrícolas não eram exportados, pois mal atendiam ao consumo local.

Recursos minerais

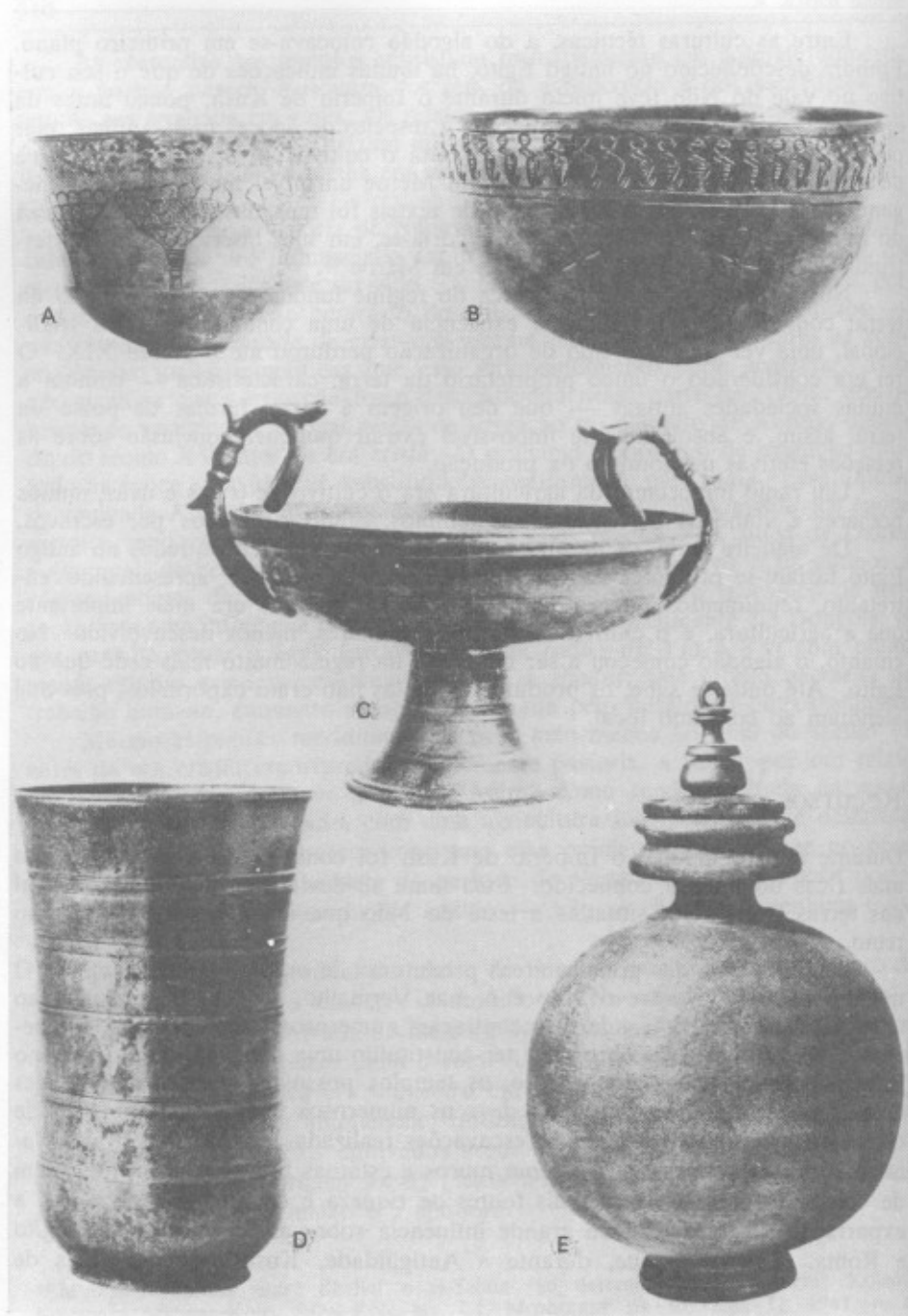
Durante a Antigüidade, o Império de Kush foi considerado uma das regiões mais ricas do mundo conhecido. Essa fama se devia mais à riqueza mineral das terras fronteiriças situadas a leste do Nilo que à do interior do próprio reino.

Kush foi uma das grandes áreas produtoras de ouro do mundo antigo. O metal era extraído entre o Nilo e o mar Vermelho, sobretudo na região ao norte do 18.º paralelo, onde se encontraram numerosos traços de antigas minerações. A produção do ouro deve ter constituído uma ocupação importante no Império Meroíta e, ao que parece, os templos possuíam grandes quantidades desse metal. Taharqa dotou um de seus numerosos templos com 110 kg de ouro em nove anos⁴². Recentes escavações realizadas em Méroe e Mussawarat es-Sufra revelaram templos com muros e estátuas folheados a ouro. Além de constituir uma das principais fontes de riqueza e de grandeza do reino, a exportação do ouro exerceu grande influência sobre as relações com o Egito e Roma. Calcula-se que, durante a Antigüidade, Kush produziu cerca de

⁴⁰ CROWFOOT, J. W. 1911. p. 37, Memórias, n. 19.

⁴¹ LITTMANN, E. 1950. p. 116.

⁴² VERCOUTTER, J. 1959. p. 137.



5. Recipientes de bronze originários de Méroe. (Fonte: W. S. Shinnie. 1967. pr. 64-8. Fotos *a*, *c*, *d*: Shinnie, Professor of Archaeology, Cartum; *b*: British Museum; *e*: Ashmolean Museum.)

1 600 000 kg de ouro puro ⁴³, que provavelmente pertenciam aos povos nômades, como testemunham vários relatos; num deles, o rei Nastasen exige aproximadamente 300 kg de ouro das várias tribos que venceu nas proximidades de Méroe ⁴⁴.

Embora numerosos objetos de prata e bronze tenham sido encontrados nas sepulturas, e as oferendas aos templos freqüentemente contivessem artefatos de prata, por vezes de alta qualidade artística, parece que nem a prata nem o cobre foram produzidos localmente, sendo provavelmente importados.

Por outro lado, o deserto oriental era rico em pedras preciosas e semi-preciosas, tais como a ametista, o rubi, o jacinto, a crisólita, o berilo e outras. Mesmo que as minas não fossem totalmente controladas por Méroe, todos os seus produtos passavam pelos canais comerciais meroítas, aumentando, assim, a fama desse reino como um dos países mais ricos do mundo antigo.

O trabalho do ferro

Os grandes montes de escória encontrados perto da antiga cidade de Méroe e em outras regiões do Butana foram causa de numerosas especulações sobre a importância do ferro na civilização meroíta. Afirmou-se que o conhecimento de sua fusão e de seu manuseio em vários lugares da África subsaariana proveio de Méroe. Já em 1911, A. H. Sayce declarou que Méroe foi possivelmente a "Birmingham da antiga África" ⁴⁵; essa opinião, corrente até há pouco tempo entre os especialistas, tornou-se uma teoria aceita na maioria dos trabalhos sobre a história africana ou sudanesa ⁴⁶.

Nos últimos anos, esse ponto de vista foi contestado por alguns especialistas, que levantaram sérias objeções a seu respeito ⁴⁷. Esses autores mostraram que é extremamente reduzido o número de objetos de ferro encontrados nas sepulturas. Wainwright já havia notado que a presença do ferro limitava-se a alguns traços por volta de -400 e que de modo algum esse metal é freqüente até a queda do reino meroíta (cerca de +320). Por sua vez, Tylecote afirmou categoricamente que há vestígios de fusão de ferro antes de -200, enquanto Amborn, numa análise minuciosa de todos os objetos metálicos encontrados na necrópole, demonstrou a preponderância dos utensílios de bronze sobre os de ferro, mesmo no período posterior. Ele concluiu ser mais provável que esses utensílios tenham sido produzidos com ferro importado, talvez trabalhado na Núbia por ferreiros locais, cuja existência, contudo, só é conhecida a partir da cultura do Grupo X pós-meroíta. De qualquer maneira, não se pode deduzir, a partir da presença de objetos de ferro trabalhado, que existisse uma verdadeira metalurgia do ferro.

⁴³ QUIRING, H. 1946. p. 56.

⁴⁴ SCHÄFER, H. 1901. pp. 20-1.

⁴⁵ SAYCE, A. H. 1911. p. 55.

⁴⁶ WAINWRIGHT, G. A. 1945. pp. 5-36; ARKELL, A. J., em muitos dos seus escritos; id. 1966. p. 451 et seq.; SHINNIE, P. L. 1967. p. 160 et seq.; KATZNELSON, I. S. 1966. p. 289 et seq. e outros.

⁴⁷ Cf. TRIGGER, B. G. 1969. pp. 23-50; TYLECOTE, R. F. 1970. pp. 67-72; AMBORN, H. 1970. pp. 71-95.

Amborn é da opinião de que os montes de escória encontrados em Méroe são vestígios de outras indústrias. Se correspondessem, de fato, ao refugio da fundição do ferro, a área à sua volta deveria abrigar grande número de fornos; ora, até hoje não se encontrou sequer traços de um forno de fundição⁴⁸.

A controvérsia está longe de ser resolvida, e mais pesquisas arqueológicas se fazem necessárias para que se chegue a uma prova categórica da presença da metalurgia do ferro em Méroe. A escassez de objetos de ferro nos sítios funerários não sugere uma produção em larga escala, fato que invalida a teoria que pretende fazer de Méroe a "Birmingham da África". Por outro lado, isso não significa que a fundição desse metal fosse totalmente desconhecida na região nem que não fosse praticada em regiões vizinhas na África. O problema do ferro em Méroe é um dos mais importantes da história africana e merece ser estudado em profundidade, utilizando-se todas as técnicas modernas à disposição dos arqueólogos e historiadores. Só após esse estudo é que poderemos avaliar o papel de Méroe na Idade do Ferro africana.

Cidades, artesanato e comércio

O vale do Nilo, regulado pela infalível inundação anual, favoreceu o desenvolvimento de povoações permanentes e o conseqüente crescimento de cidades, o que, por sua vez, encorajou o desenvolvimento do artesanato. Quando esses centros urbanos se situavam em pontos estratégicos, tornavam-se passagens para o comércio com o interior e com outras comunidades mercantis. Muitos desses estabelecimentos urbanos também desempenharam o papel de centros administrativos e religiosos⁴⁹.

É possível considerar o desenvolvimento urbano na Baixa Núbia como o resultado de uma evolução política e do crescente interesse dos meroítas por suas fronteiras com o Egito, ao norte. Os exércitos meroítas foram enviados por diversas vezes à Baixa Núbia e, finalmente, os soldados se fixaram nessa região, criando uma economia auto-suficiente. Eles se beneficiaram das relações comerciais com o Egito e, em conseqüência, multiplicaram-se na Baixa Núbia grandes cidades e comunidades locais prósperas situadas em posições estratégicas, tais como Qasr Ibrim ou Djebel Adda. A vida política e religiosa concentrava-se em torno de um magnata local ou de uma família com posto hereditário administrativo ou militar. Essa aristocracia vivia em castelos, como o de Karanog, ou em palácios, como o "Palácio do Governador" em Mussawarat es-Sufra.

Baseando-se em Bión e Juba, Plínio nos transmitiu os nomes de muitas cidades meroítas situadas em ambas as margens do Nilo, entre a Primeira Catarata e a cidade de Méroe⁵⁰.

⁴⁸ H. AMBORN (1970, pp. 83-7 e 92); P. L. SHINNIE e F. Y. KENSE acabaram de lançar uma comunicação feita na Third International Meroitic Conference em Toronto, 1977, onde contestam a afirmação de AMBORN: na verdade, foram descobertos em Méroe (Begrawiya) fornos de fundição de ferro, durante escavações recentes.

⁴⁹ ALI HAKEM, A. M. 1972-b, pp. 639-46.

⁵⁰ HIST. BAT. VI, 178, 179.

O monumento meroíta mais setentrional é a capela de Arqamani, em Dakka (antiga Pselkis), mas a verdadeira cidade fronteiriça parece ter-se localizado ao sul de Uadi es-Sebua, onde se encontraram vestígios de um grande povoado com um cemitério. Outros habitats urbanos importantes nessa região foram Karanog, perto da moderna cidade de Aniba, e, localizado à sua frente, o grande forte de Qasr Ibrim; a maioria dos edifícios remanescentes é, no entanto, pós-meroíta.

A cidade de Faras (Pakhoras) foi o principal centro administrativo da província de Akin, que correspondia à Baixa Núbia. Foram exumados alguns edifícios oficiais, entre eles o chamado "Palácio do Oeste", do século I da era cristã, construído com tijolos crus, e uma fortificação situada na margem do rio.

Ao sul de Faras, são raras as povoações meroítas. A região é inóspita e o vale muito estreito para satisfazer as necessidades de uma grande população. É somente na vizinhança de Dongola que vamos encontrar maiores extensões de terra e indícios mais numerosos de ocupação antiga. Defronte à moderna cidade de Dongola situa-se Kawa, onde uma grande cidade com vários templos atesta uma longa história. Nesse local, as escavações revelaram numerosos monumentos e inscrições meroítas importantes.

A montante de Kawa não se encontra nenhum sítio de importância antes de Napata, cujo papel nas cerimônias reais e costumes religiosos foi salientado nas páginas precedentes. A importância desse núcleo urbano deve-se também à sua localização na extremidade setentrional de uma rota de caravanas que margeava três cataratas de difícil navegação. Todas as mercadorias provenientes das regiões meridionais e centrais do reino, bem como do interior da África tinham que passar por Napata. Embora o sítio da cidade de Napata continue parcialmente inexplorado, os cemitérios reais de el-Kurru, Nuri e Djebel Barkal e os templos de Djebel Barkal e de Sanam foram objeto de investigações completas, o que permite avaliar a importância de Napata como sede da realeza e centro religioso durante o período mais antigo da história de Kush. Até a época de Nastasen, os cemitérios em torno de Napata eram utilizados para as sepulturas reais; mesmo após esse período, alguns reis que normalmente seriam enterrados em Méroe preferiam ter sepultura em Djebel Barkal.

O segundo centro urbano mais importante do vale do Nilo situa-se em Dangeil (8 km ao norte de Berber), onde foram descobertos vestígios de edifícios e de muros de tijolos. O próprio sítio parece encontrar-se sobre uma rota importante que ligava Méroe ao norte.

Na ilha de Méroe, que corresponde aproximadamente à planície atual do Butana, situada entre o Atbara e o Nilo Azul, foram encontrados muitos traços de povoamento meroíta⁵¹.

Embora a cidade de Méroe seja mencionada pela primeira vez no último quartel do século V antes da era cristã (inscrição de Amannateieriko no templo de Kawa), com o nome de *B.rw.t*, os estratos inferiores do sítio indicam a presença, já no século VIII, de uma grande povoação no local. Heródoto (II, 29) descreve-a como uma "grande cidade". As escavações confirmaram que esse núcleo urbano ocupava uma grande área, com uma parte central cercada

⁵¹ ALI HAKEM, A. M. 1972-b.

por subúrbios e, talvez, por um muro. Além de ser, por muitos séculos, a capital e a residência real, Méroë atuou como um dos principais centros econômicos e comerciais do país, situando-se na encruzilhada das rotas de caravana e servindo igualmente de porto fluvial. A maior parte da área compreendida pela cidade, composta de vários montículos recobertos por fragmentos de tijolo vermelho, ainda está à espera dos arqueólogos⁵². Mas a porção até agora explorada é suficiente para mostrar que Méroë, no seu apogeu, foi uma cidade de enormes proporções, dotada de todos os atributos que se ligam à vida urbana. Como tal, deve ser incluída entre os monumentos mais importantes do início da civilização no continente africano. Os principais elementos descobertos nas partes em que se realizaram escavações são a cidade real com seus palácios, as termas reais e outros edifícios, além do templo de Âmon. Nas vizinhanças foram encontrados os templos de Isis, dos Leões e do Sol, assim como muitas pirâmides e cemitérios que não eram destinados aos reis.

Nas proximidades de Méroë encontra-se o sítio de Uadi ben Naga, que abriga ruínas de pelo menos dois templos; escavações recentes revelaram um grande edifício — talvez um palácio — e uma construção em forma de colmeia, que pode ter sido um enorme silo. Tais descobertas, assim como o grande número de montículos espalhados pelas imediações do sítio, indicam a importância da cidade, residência das candaces e porto do Nilo⁵³.

Alguns outros sítios de importância merecem ser mencionados. Basa, situado em Uadi Hawad, possui um templo e um enorme *hafir* rodeado por estátuas de leões em pedra. No entanto, o traço mais interessante desse sítio é que a cidade não se desenvolveu de maneira anárquica, mas foi estritamente planejada de acordo com as variações do terreno, na época recoberto por árvores e arbustos⁵⁴. De excepcional importância, sob vários pontos de vista, é Mussawarat es-Sufra, que fica um pouco distante do Nilo, no Uadi el-Banat. Sua principal característica é o conjunto denominado a Grande Cerca, que consiste em numerosos edifícios e muros a rodear um templo construído no século I antes da era cristã ou pouco antes. O número de representações de elefantes nos muros sugere que esse animal desempenhava um papel de importância. O sítio abriga ainda alguns templos, sendo o mais importante o Templo dos Leões, dedicado ao deus Apedemak. Escavações recentes efetuadas por F. Hintze⁵⁵ elucidaram diversos aspectos da história, da arte e da religião meroítas, mas muitas características desse povo ainda são desconhecidas.

Independentemente de suas funções administrativas e religiosas, as cidades meroítas também foram importantes centros de artesanato e comércio. Não há, até o momento, nenhum estudo dedicado a esse aspecto da história econômica meroíta, mas os indícios existentes mostram que os produtos artesanais eram de alto nível técnico e artístico. A construção e decoração dos numerosos monumentos (palácios, templos, pirâmides etc.) tornava necessá-

⁵² Cabe mencionar aqui as recentes escavações (1972-5) realizadas pelas Universidades de Calgary e Cartum, durante as quais numerosos templos foram descobertos.

⁵³ Cf. VERCOUTTER, J. 1962.

⁵⁴ CROWFOOT, J. W. 1911. pp. 11-20.

⁵⁵ Cf. HINTZE, F. 1962; id. 1971-a.



6. Várias peças de cerâmica meroíta. *a* e *b*: Vasos decorados com figuras caricaturais. *c*: Vaso pintado mostrando um leão devorando um homem. *d*: Vaso pintado com cabeças do deus-leão Apedemak. *e*: Vaso de louça vermelha decorado com uma faixa de sapos sentados dois a dois e separados por plantas. (Fonte: W. S. Shinnie. 1967. pr. 44-8. Fotos Ashmolean Museum, Oxford.)

ria a especialização em diferentes ofícios. Embora no período inicial seja indiscutível a influência egípcia, a partir do século III antes da era cristã vários elementos autóctones indicam que os artesãos e artistas meroítas se libertavam dos modelos estrangeiros, criando uma tradição artística independente e muito original.

A cerâmica está entre os produtos mais conhecidos da civilização meroíta, devendo sua fama à alta qualidade de sua textura e decoração. No tocante à arte cerâmica, há duas tradições distintas: a cerâmica feita a mão (por mulheres), que mostra uma notável continuidade de forma e estilo e reflete uma tradição africana profundamente arraigada⁵⁶, e a cerâmica feita no torno (por homens), mais variada e suscetível às mudanças estilísticas. Essas diferenças permitem concluir que desde os primeiros tempos a cerâmica torneada desenvolveu-se como um ramo distinto do artesanato cuja produção, destinada ao comércio, ficava sujeita às variações da moda e à demanda das classes médias e superiores da sociedade meroíta, enquanto o povo continuava a usar a cerâmica tradicional, feita em casa pelas mulheres.

Outro ramo do artesanato que atingiu um alto grau de desenvolvimento foi a joalheria. Foi sobretudo nos túmulos reais que se descobriram jóias em quantidades consideráveis. Como ocorre com os outros artefatos, a joalheria dos primeiros tempos seguia rigorosamente os padrões egípcios e somente mais tarde encontraram-se jóias caracteristicamente meroítas quanto ao estilo e à ornamentação. Esses objetos — placas, colares, braceletes, brincos e anéis — eram feitos principalmente em ouro, prata e pedras semipreciosas. O desenho das jóias apresenta considerável variedade: alguns são de inspiração egípcia, mas outros pertencem claramente à tradição de artesãos e artistas meroítas. A escultura em marfim ligava-se à joalheria; dadas a abundância e a acessibilidade desse material em Méroe, não é de surpreender que os escultores desenvolvessem suas próprias técnicas e tradições, com motivos extraídos principalmente do mundo animal (girafas, rinocerontes e avestruzes).

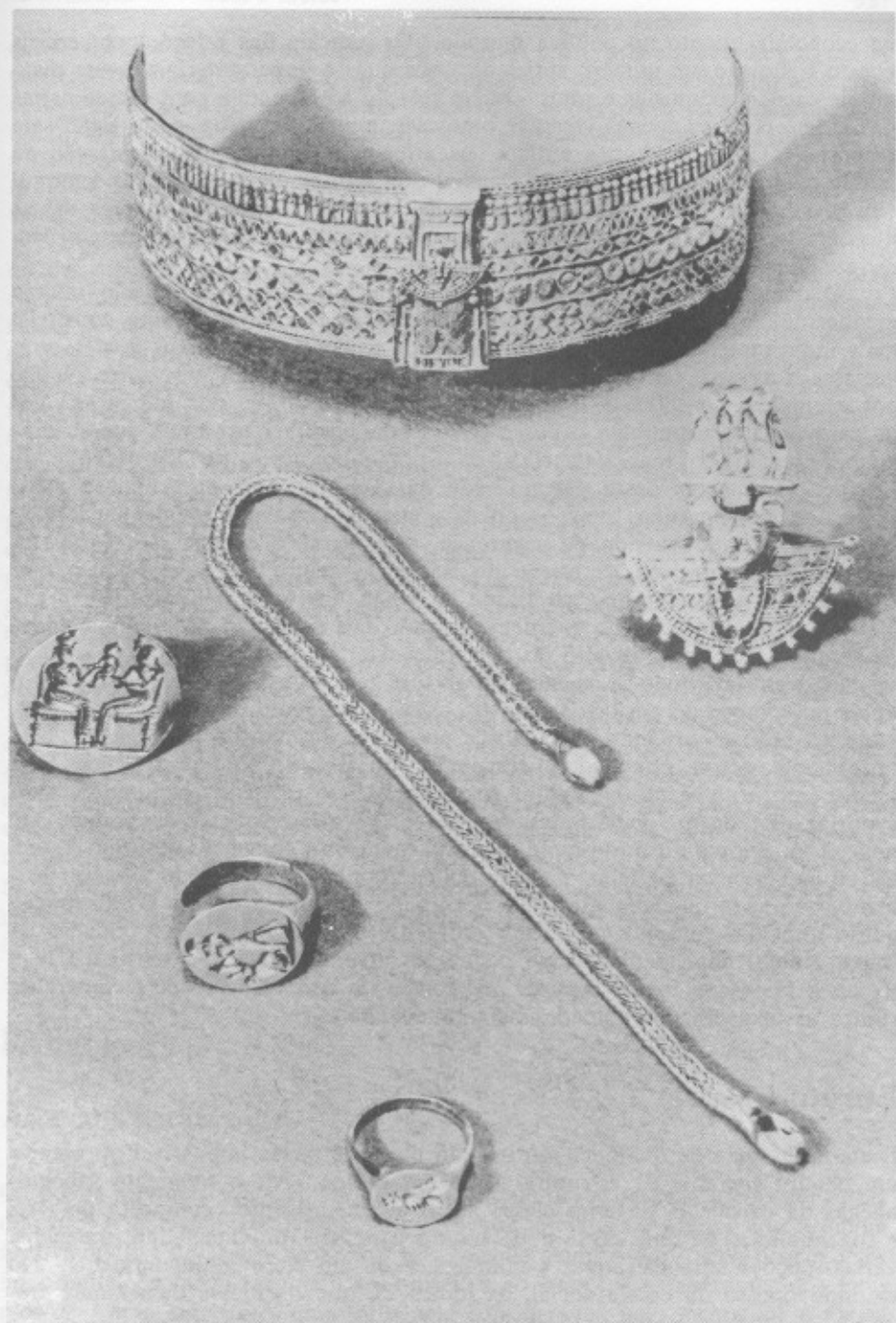
Os marceneiros fabricavam vários tipos de móveis, especialmente camas, mas também porta-jóias, cofres e até mesmo instrumentos musicais; os tecelões produziam tecidos de algodão e de linho, e os curtidores tratavam peles e couros. Vestígios do trabalho desses artesãos foram descobertos em várias sepulturas reais e não-reais.

Todas essas indicações revelam a presença de uma classe relativamente numerosa de artesãos em Méroe, à qual também pertenciam os artistas, arquitetos e escultores. Até agora não se sabe como os ofícios eram organizados, pois seus nomes, que figuram em inscrições meroítas, continuam indecifrados. É provável que existissem oficinas destinadas aos serviços do templo, como no Egito⁵⁷, e talvez da corte real.

O Império de Kush constituiu um entreposto ideal para as rotas de caravanas entre o mar Vermelho, o Alto Nilo e a savana nilo-chadiana. Assim, não é de admirar que o comércio exterior tivesse um papel importante tanto

⁵⁶ P. L. SHINNIE (1967, p. 116) salienta que essa cerâmica ainda é produzida segundo o mesmo estilo, não somente no Sudão mas em outras partes da África.

⁵⁷ Essas oficinas foram encontradas no templo T em Kawa, datando do século VII ou VI antes da era cristã. Cf. MACADAM, M. F. L. 1949, v. 1, pp. 211-32.



7. Jóias de ouro da rainha Amanishaketo (- 41 a - 12). (Fonte: F. & U. Hintze. 1966. pr. 132. Foto Staattiche Museum, Berlim.)

na economia quanto na política meroíta. Os indícios das relações comerciais com o Egito são em número suficiente para que se possa determinar sua magnitude, suas mercadorias e rotas. Já em relação ao comércio com outras partes da África, pode-se apenas levantar hipóteses; muitas questões ainda estão sem resposta. Desde os tempos antigos, os principais produtos de exportação da Núbia eram o ouro, o incenso, o marfim, o ébano, os óleos, as pedras semipreciosas, as penas de avestruz e as peles de leopardo. Embora algumas dessas mercadorias tivessem por origem o território meroíta, outras provinham com certeza de países situados mais ao sul.

O comércio exterior dirigia-se principalmente para o Egito e o mundo mediterrânico — mais tarde, talvez, para a Arábia do Sul. A rota comercial mais importante passava ao longo do Nilo, embora em algumas partes atravessasse a savana (entre Méroe e Napata, e entre Napata e a Baixa Núbia, por exemplo). A “ilha de Méroe” deve ter sido cruzada por inúmeras rotas de caravanas; era também o ponto de partida para as caravanas que se dirigiam à região do mar Vermelho, da Etiópia do norte, do Kordofan e do Darfur. O controle dessa extensa rede de rotas era uma preocupação constante dos reis meroítas, pois os povos nômades atacavam freqüentemente as caravanas. Como medida de segurança, os soberanos construíram fortalezas em pontos estratégicos da estepe de Bajuda — entre Méroe e Napata, por exemplo — e mandaram abrir poços ao longo das rotas comerciais.

Os poucos indícios de que dispomos não nos permitem acompanhar todas as etapas do desenvolvimento do comércio exterior de Méroe durante o curso da sua história. Pode-se apenas supor que esse comércio tenha atingido o ápice no começo do período helenístico, com o aumento da demanda de mercadorias exóticas originárias da África por parte da dinastia ptolomaica. Posteriormente, a rota principal foi transferida do eixo do Nilo para o mar Vermelho (início do século I antes da era cristã). Isso reduziu o volume de mercadorias diretamente exportadas de Méroe, já que várias delas podiam ser obtidas na Etiópia do norte onde, naquele momento, começava a surgir Axum. Os últimos séculos do reino meroíta coincidiram com a crise do Império Romano, que levou inicialmente a um acentuado declínio e depois à interrupção quase total das relações comerciais entre Méroe e Egito. Várias cidades da Baixa Núbia, dependentes desse comércio, arruinaram-se. Além disso, nem Roma nem Méroe foram capazes, na época, de defender as rotas comerciais contra as invasões dos nômades blêmios e nobatas⁵⁸

Estrutura social

Dada a ausência de qualquer informação direta, é quase impossível apresentar um quadro coerente da estrutura social em Méroe. Até o momento sabemos apenas da existência de uma classe superior ou dirigente (composta pelo rei e sua família), de uma corte e de uma aristocracia provincial que preenchia várias funções administrativas e militares, e de um clero muito influente. No extremo oposto da escala social, as fontes de que dispomos mencionam fre-

⁵⁸ Para uma análise das causas do declínio, ver KATZNELSON, I. S. 1966. p. 249 et seq.

qüentemente a presença de escravos recrutados entre prisioneiros de guerra. A partir de testemunhos indiretos pode-se supor que além dos agricultores e criadores de gado, os quais devem ter formado a maior parte da população meroíta, existia uma classe média de artesãos, negociantes, pequenos funcionários e criados, mas não se sabe absolutamente nada acerca da sua posição social. Até que se disponha de informações mais precisas, seria prematura qualquer tentativa de caracterizar as relações sociais e de produção.

Documentos epigráficos e outros dão a entender que as atividades militares desempenharam um papel não-negligenciável no reino, mas é difícil dizer como os exércitos eram recrutados e organizados. Parece que, independentemente de uma guarda real permanente, todos os habitantes do sexo masculino eram mobilizados em caso de necessidade. Relatos do período romano indicam que o exército dividia-se em infantaria e cavalaria, mas que os soldados meroítas não eram muito disciplinados em comparação com as legiões romanas. Travavam-se guerras contra os grupos nômades que habitavam o deserto oriental, os quais, nunca inteiramente subjugados, aguardavam o momento oportuno para invadir as terras cultivadas. Ao mesmo tempo, moveram-se várias guerras de agressão visando aumentar o território e apoderar-se do butim (gado e escravos), que deve ter constituído uma importante fonte de riqueza para as classes dirigentes e para o clero. Um grande número de prisioneiros de guerra — e por vezes até os territórios recém-ocupados — era doado regularmente aos templos pelos reis. O contingente de escravos deve ter sido proporcionalmente muito elevado; no período romano, exportou-se grande número de escravos negros para o Egito e para os países do Mediterrâneo. A mão-de-obra escrava era empregada na construção de pirâmides, templos, palácios e outras edificações monumentais, bem como no cultivo dos pomares e jardins dos templos; talvez fosse utilizada também na escavação e reparo de canais de irrigação e bacias (*hafirs*). A escravidão desenvolveu-se em Méroe como em outros reinos orientais, porém de maneira mais lenta, e nunca chegou a constituir a base principal da produção, uma vez que esse tipo de trabalho tinha uma esfera de aplicação comparativamente mais limitada. Nas inscrições menciona-se sempre um número maior de mulheres que de homens, o que indica ter sido a escravidão doméstica a forma prevalecente.

Religião

Aspectos gerais

Os povos meroítas tomaram do Egito a maior parte de suas idéias religiosas oficiais. A maioria dos deuses cultuados nos templos de Méroe correspondia às divindades egípcias; os primeiros reis consideravam Âmon como o deus mais importante, de quem recebiam seus direitos ao trono. Os sacerdotes dos templos de Âmon exerceram uma influência considerável, pelo menos até a época do rei Ergamenes, que, ao que parece, destituiu-os de seus poderes absolutos. No entanto, mesmo mais tarde, os reis demonstraram — pelo menos em suas

inscrições — veneração por Âmon e seus sacerdotes, os quais eram favorecidos de várias maneiras por dádivas de ouro, escravos, gado e terras.

Ao lado de divindades faraônicas — Ísis, Hórus, Tot, Arensnuphis, Satis etc. — com seus símbolos originais, eram cultuados deuses puramente meroítas, como o deus-leão Apedemak ou o deus Sebiuameker (Sbomeker). O culto desses deuses só se tornou oficial no século III antes da era cristã; parece que anteriormente eram deuses locais das regiões meridionais do império, e que só adquiriram proeminência quando a influência egípcia começou a enfraquecer e foi substituída pelos traços culturais mais autenticamente meroítas. Deve-se lembrar que é também por volta dessa época que a escrita e a língua meroítas foram introduzidas nas inscrições.

Apedemak, deus guerreiro, era uma divindade de grande importância para os meroítas. Ele é representado com uma cabeça de leão, animal que, ao que se sabe, desempenhava um certo papel nas cerimônias do templo, especialmente em Mussawarat es-Sufra⁵⁹. Nessa mesma localidade encontramos outro deus meroíta desconhecido dos egípcios, Sebiuameker, que talvez fosse a principal divindade local, já que era tido como criador. Algumas deusas também estão representadas em Naga, mas seus nomes e posições no panteão meroíta continuam desconhecidos.

A presença de dois grupos de divindades, um de origem egípcia e o outro de origem local, reflete-se também na arquitetura dos templos.

Os templos de Âmon

O simbolismo religioso exerceu considerável influência na arquitetura dos templos do antigo Egito. O culto era expresso em ritos elaborados e complexos e cada parte do templo tinha um papel específico no desenvolvimento do ritual. Essas várias partes (salas, pátios, câmaras, capelas etc.) eram dispostas axialmente, formando um longo corredor de procissão. Templos desse tipo foram edificadas na região de Dongola por Peye, Taharqa e seus sucessores; o mais importante deles, dedicado a Âmon-Rá em Napata, foi construído em Djebel Barkal. Todavia, nas primeiras inscrições de coroação não consta que Méroe tenha um templo dedicado a Âmon.

Por volta do fim do século I antes da era cristã, contudo, a cidade de Méroe foi honrada com a construção de um desses templos, à frente do qual foi colocada uma longa inscrição em meroíta. Os primeiros nomes a ele associados são os do rei Amannikhabale (—65 a —41) e da rainha Amanishakete (—41 a —12). Esse templo se tornou talvez o mais importante dentre os consagrados a Âmon-Rá na última metade da história do reino. Deve-se notar que a partir dessa época templos similares — porém de dimensões menores — foram construídos em Méroe, Mussawarat es-Sufra, Naga e Uadi ben Naga. O templo de Âmon em Méroe desempenhou um papel semelhante ao de Napata, em Djebel Barkal; deve ter-se tornado um perigoso rival para este último, chegando a superá-lo em importância. Mesmo durante o período anterior à construção do templo de Âmon em Méroe, Napata não deti-

⁵⁹ ZABKAR, L. V. 1975.

nha o monopólio como centro religioso: existiam outros templos que dominavam a vida religiosa em todo o Butana e estendiam sua influência para o norte. Trata-se dos templos dos leões, para os quais devemos agora nos voltar.

Os templos dos Leões

O nome “templo dos leões” deve-se a uma preponderância marcante de figuras de leão, esculpidas em *ronde-bosse*, guardando o acesso e a entrada dos templos ou ocupando posição de destaque nos baixos-relevos. A figura do leão representa o importante deus meroíta Apedemak; isso não significa, contudo, que todos os templos dos leões fossem dedicados unicamente a Apedemak. Embora a existência desses templos tenha sido constatada por diversos especialistas⁶⁰, eles receberam diferentes denominações quando descritos isoladamente⁶¹: templo de Ápis, templo de Isis, templo do Sol, templo principal de Augusto (Câmara de afrescos) etc. O uso de tais termos levou, em alguns casos, a conclusões equivocadas e enganosas⁶². O emprego da expressão “templo dos leões” eliminaria novos mal-entendidos, sendo a figura do leão seu traço mais característico. As estátuas de leão estão inteiramente ausentes dos templos de Ámon (Barkal, Kawa, Méroe, Naga) — a que se associam as estátuas de carneiro —, embora o deus-leão Apedemak fosse provavelmente uma das divindades ali cultuadas e sua imagem apareça entre as representações de outros deuses. Do mesmo modo, as divindades com cabeça de carneiro, Ámon-Rá e Khnum, aparecem muito freqüentemente nos baixos-relevos dos templos dos leões, embora não haja um único exemplo de estátua de carneiro associada a qualquer um dos templos dos leões.

Distribuição e tipos de templos dos leões

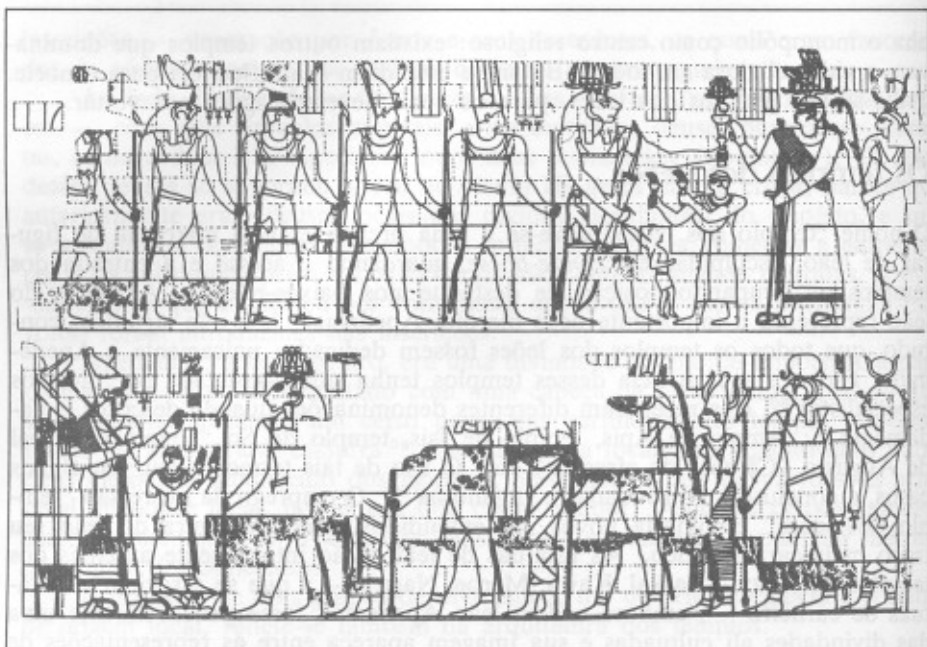
Além dos 32 templos dos leões registrados, existem quatorze sítios em que a sua presença é quase certa. Se acrescentamos a ocorrência nos textos meroítas de títulos religiosos associados a templos situados em localidades como Nalete, Tiyi etc., eles devem ter sido realmente muito numerosos; ao que parece, distribuíam-se por toda a área de Méroe. A partir de um estudo dessa distribuição, configuram-se dois fatos. O primeiro é que em quatro sítios foram descobertos vários templos: Naga (oito templos), Mussawarat es-Sufra (seis), Méroe (seis) e Djebel Barkal (três).

A presença de vários templos numa mesma localidade indica a importância religiosa do sítio. Os mais elaborados e talvez os principais do reino são os de Mussawarat es-Sufra e o templo do Sol em Méroe (M 250). No entanto, Naga tem mais templos do que qualquer outro sítio, e Barkal fornece

⁶⁰ GARSTANG, J. et al. 1911. p. 57; MACADAM, M. F. L. 1949. v. 1. p. 114; HINTZE, F. 1962; id. 1971-a.

⁶¹ PORTER, B. & MOSS, R. 1951. p. 264 et seq.

⁶² O nome “Templo do Sol”, por exemplo, criado por SAYCE com base em uma indicação de Heródoto a propósito da presença de uma “Mesa do Sol”, levou alguns especialistas a sugerirem a existência de um culto especial do Sol em Méroe. Termos como “Templo de Isis” e “Templo de Ápis” podem levar a conclusões igualmente equivocadas.



8

8. O deus Apedemak conduzindo outros deuses meroítas. (Fonte: F. Hintze. "Die Inschriften des Löwentempels von Mussawarat es-Sufra, Abhandlungen der Deutschen Akademie der Wissenschaften zu Berlin". Kl. für Spr., Lit. und Ku. Jahrgang 1962, n 1, Berlin, 1962, pr. II.)
9. O deus meroíta Sebiuameker (templo dos leões em Mussawarat es-Sufra). (Fonte: F. & U. Hintze. 1966. 101.)



9

os mais antigos exemplares datáveis: B 900, que foi construído por Peye (— 750 a — 716) e possuía originariamente duas câmaras, depois transformadas num templo com pilono e câmara única; e B 70, iniciado por Atlanarsa (— 653 a — 643) e terminado por Senkamaniskem (— 643 a — 623).

O segundo fato é que os dois tipos de templo concentram-se em diferentes regiões. É possível argumentar que, de maneira geral, os templos de Âmon se situavam na região de Napata, enquanto os templos dos leões se encontravam na ilha de Méroe, onde os primeiros foram construídos apenas a partir do século I da era cristã.

Os templos dos leões podem ser divididos em dois tipos básicos: o primeiro é de câmara dupla (os exemplares mais antigos foram construídos com tijolo cru, sem pilono); o segundo tem uma única câmara, e a maioria — à exceção dos primeiros exemplares — é dotada de pilono.

O aparecimento do segundo tipo de templo dos leões poderia ser explicado por duas fontes locais. Por um lado, parece evidente que se desenvolveu a partir do primeiro modelo, a julgar pelo fato de que o B 900 foi reconstruído conforme a planta do segundo tipo. Por outro lado, existem em Barkal⁶³ e em Kerma⁶⁴ várias construções pequenas, de câmara única, de que pode ter-se derivado. Os exemplares mais antigos de tais construções talvez se encontrem sob Méroe M 250, sendo possivelmente anteriores a — 500⁶⁵.

A arquitetura do templo dos leões pode igualmente ter sofrido a influência do Egito, onde capelas foram construídas, em diferentes épocas, no interior de outros templos ou à beira do deserto. Essas capelas eram o lugar de descanso para o barco ou para a estátua do deus durante as várias procissões. A maior parte das construções é elaborada e possui várias câmaras⁶⁶, e embora a XXV dinastia em Tebas tenha construído ou ampliado várias capelas pequenas em Carnac e outros lugares⁶⁷, estas normalmente não se assemelham aos templos dos leões. Portanto, uma origem autóctone parece mais provável. Bastante simples, esse tipo de monumento era apropriado para áreas como Butana, onde a falta de mão-de-obra e materiais impedia construções elaboradas como a dos templos de Âmon, pelo menos no período mais antigo. Talvez o seu despojamento reflita um tipo simples de culto, como seria de se esperar entre comunidades nômades do Butana e outras regiões.

Embora a existência dos dois tipos de templo sugira, à primeira vista, a presença de duas religiões diferentes em Méroe, uma reconsideração cuidadosa indica que de fato havia apenas uma. Isso porque a coexistência de duas religiões pressupõe quer um grau considerável de tolerância, fato bastante improvável à época, quer um conflito feroz e guerras religiosas contínuas, a que as fontes disponíveis não fazem qualquer referência. Pelo contrário, o panteão cultuado nos templos de Âmon também parece ter sido o mesmo dos templos dos leões, com a exceção de que a certos deuses era dada maior proeminência em um templo do que em outro. Esse panteão era, aliás, constituído por uma

⁶³ REISNER, G. A. von. 1918. p. 224.

⁶⁴ REISNER, G. A. von. 1923-a. p. 423.

⁶⁵ HINTZE, F. & U. 1970.

⁶⁶ BADAWY, A. 1968. p. 282.

⁶⁷ LECLANT, J. 1965-b. p. 18.

mistura de deuses egípcios como Âmon-Rá ou a tríade de Osíris e deuses locais como Apedemak, Mandulis, Sebiumeke⁶⁸. As arquiteturas diversas indicam diferenças antes nos rituais que na religião. Assim, os rituais ligados às cerimônias de coroação exigiam templos como o de Âmon para a realização das festas e procissões. Tal prática religiosa tornou possível incorporar sem conflito vários deuses e crenças locais, concorrendo assim, durante um período bastante longo, para a coesão de um reino constituído de elementos muito diversificados.

⁶⁸ LECLANT, J. 1970-b. pp. 141-53.